

“Plano pode não agradar, mas existe”, afirmam assessores de Funaro

por Claudia Sattler
de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, tem um plano de política econômica de curto prazo, “que pode não agradar, mas existe”. Esta é a convicção de assessores do ministro, que resumem a diretriz de curto prazo da equipe de Funaro em poucas linhas: primeiro, é necessário deixar que os preços flutuem ao sabor das forças de mercado, para que a economia possa encontrar, novamente, uma estrutura de preços relativos, que foi totalmente distorcida pelo congelamento prolongado após o Plano Cruzado.

Somente após esse período, que envolve mais dois ou três meses, é que a taxa de inflação se estabilizaria num patamar de 10 a 12%, alto, mas estável, possibilitando, aí sim, a montagem de uma política não ortodoxa de combate à inflação. Não necessariamente um novo choque heterodoxo, do tipo Plano Cruzado, mas uma política que, além de atacar a inflação inercial, tocasse nos problemas estruturais da economia, que também geram inflação. “Nós não somos inercialistas, parte da taxa de inflação brasileira é inercial, mas há uma boa parcela dela que é decorrente de graves distorções estruturais, de renda, de desenvolvimento regional, da estrutura do sistema financeiro, entre outras”, como assinalou um assessor do Ministério da Fazenda.

Essa constatação, de que os economistas do Ministério da Fazenda se mostraram incapazes de gerenciar o dia-a-dia da política econômica, é uma das queixas de assessores do presidente José Sarney, mas esses economistas lembram que foi decisão do Palácio do Planalto manter o congelamento de preços por dez meses, uma decisão política em direta confrontação com a avaliação de técnica econômica, que recomendava para a ocasião um congelamento de preços de no máximo noventa dias. Funaro falou nesse prazo aos parlamentares, num debate que fez no Senado Federal logo após o Plano Cruzado, mas o Palácio do Planalto, recordam os técnicos, recomendou ao ministro e à sua equipe que não mais tocassem no assunto até as eleições de novembro do ano passado.

Mesmo que o ministro da Fazenda não seja totalmente responsável pelo insucesso do Plano Cruzado, que retirou a popularidade do governo Sarney, “ele é o síndico da massa falida”, observou a este jornal um influente assessor do presidente Sarney. Para esse colaborador, “hoje já é um consenso generalizado de que a economia precisa mudar, que o ministro da Fazenda e a sua equipe de economistas já tiveram sua vez, e perderam”. Uma outra comparação foi feita por essa fonte: o presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, teve de sacrificar seu amigo Bernardo Grispun, então ministro da Economia, para dar uma guinada na economia argentina, substituindo-o pelo atual ministro Juan Sourrouille, que implementou o Plano Austral. Tanto Grispun quanto o ex-ministro das Finanças do México, Jesus Herzog tentaram ser inflexíveis com os credores internacionais, buscaram desviar de um monitoramento do Fundo Monetário Internacional e sofreram fortes investidas dos credores. Os dois — Grispun e Herzog, tiveram de aban-

donar o governo para abrir o diálogo com os bancos internacionais. Na óptica de assessores do presidente Sarney, Funaro pecou por jogar duro demais com os credores, não deixando portas entreabertas para negociações.

A posição dos governadores de São Paulo, Orestes Quêrcia, de Minas Gerais, Newton Cardoso, e do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, de anunciar a necessidade de reforma ministerial e citar Funaro nominalmente como um dos que devem sair, é, segundo a avaliação de assessores de Funaro, apenas “um trocado no bojo de uma grande negociação política”.

O boato de que o ministro da Fazenda teria ligado de Washington para o presidente Sarney, solicitando sua demissão, foi oficialmente desmentido ontem pelo porta-voz em exercício do Ministério da Fazenda, Mário Cesar Rosas. Mas o ambiente junto aos assessores de Funaro ontem era de desalento. Eles acham que Funaro, pela linguagem popular, é apenas um “bode expiatório” da crise econômica e da instabilidade política.

Funaro embarcou para Washington na noite de segunda-feira passada, para participar da reunião do comitê interino do FMI e do comitê de desenvolvimento do Banco Mundial, certo de que os encontros com autoridades financeiras internacionais e com banqueiros credores do Brasil ainda não gerarão resultados concretos. Pouco antes de tomar o avião, indagado se esperava frutos concretos dessa missão, ele respondeu: “Eu espero avanços na negociação, mas respostas definitivas, ainda não. Os assessores do ministro da Fazenda, porém, temem que voltando dos Estados Unidos sem dados palpáveis, a missão de Funaro seja considerada mal-sucedida, pelos que estão interessados em sua demissão, deixando o ministro numa situação ainda mais delicada.

Avaliam também que, apesar das aparências, o ministro Funaro nunca foi suficientemente forte para ser encarado como um super ministro. Na verdade, recordam alguns técnicos, Funaro não teve a autonomia que teve, por exemplo, um super ministro do governo passado, Delfim Neto, que colocou nomes de sua confiança nos postos-chave do comando econômico. Funaro, ao contrário, tem uma equipe reduzida.

E, segundo relatam fontes do Ministério da Fazenda, por duas vezes que tentou indicar nomes para cargos importantes na área econômica, o ministro frustrou-se: primeiro quando imaginava escolher Luciano Coutinho, secretário geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, para ocupar a secretaria geral do Ministério da Fazenda. O Palácio do Planalto ofereceu-lhe a alternativa de colocar o mais recente assessor informal do presidente Sarney, Miguel Etel, e Funaro pode optar por uma solução interna, com a nomeação de Walter Bonini. Agora, Funaro preferiria ver o economista Carlos Lessa, diretor do BNDES, como secretário geral da Seplan, mas a escolha novamente foi substituída pelos assessores do presidente Sarney, que optaram pela indicação do economista Michel Gartenkraut, assessor de Jorge Murad. O novo secretário geral da Seplan deve ser escolhido oficialmente hoje.